

Educação musical e educação especial: um estudo sobre a atuação de professores de música com deficiência visual

Morgana Kremer[1]
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS
Mariele Schossler[2]
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS
Cristina Rolim Wolffenbüttel[3]
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Resumo: Esta pesquisa, em fase inicial, originou-se das reflexões dos grupos de pesquisa "Educação Musical: Diferentes Tempos e Espaços", bem como "Arte, Criação, Interdisciplinaridade e Educação" da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Considerando o crescente número de ingresso de pessoas com deficiência visual nos cursos de licenciatura em música, percebemos as dificuldades que as mesmas encontram, tanto em sua formação, quanto e principalmente na sua atuação no mercado de trabalho. Nesse sentido, a presente pesquisa parte dos seguintes questionamentos: Existem professores com deficiência visual com habilitação em música atuando na educação musical? Caso existam, quais são os ambientes em que os mesmos estão ocupando? Como se dá a inserção de professores de música com deficiência visual em escolas regulares? Qual a formação que estes profissionais tiveram em sua graduação? A metodologia para o desenvolvimento da pesquisa inclui a abordagem qualitativa, o estudo de caso como método e a realização de entrevistas como técnica para a coleta dos dados. A análise dos dados será realizada a partir do uso da análise de conteúdo. Preliminarmente, já foi possível constatar que existe um número relativamente escasso de professores com deficiência visual atuando na educação musical. Até o momento foram encontrados três professores atuando em Porto Alegre/RS. Sendo assim, espera-se que a pesquisa possa contribuir com a educação musical, em se tratando de metodologias de ensino.

Palavras-chave: Educação musical; educação especial; professores de música com deficiência visual.

---

[1] Atualmente é bolsista de iniciação à docência - CAPES - Centro Anhanguera de Promoção e Educação Social e estudante do Curso de Graduação em Música: Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, onde é integrante dos Grupos de Pesquisa, ambos com a orientação da Profª Dra. Cristina Rolim Wolffenbüttel, "Arte, Criação, Interdisciplinaridade e Educação" e "Educação Musical: Diferentes Tempos e Espaços".

[2] Graduada em Tecologia em Logística (2013) e MBA em Administração e Marketing (2015) ambas pelo Centro Universitário UNINTER. É também estudante do Curso de Graduação em Música: Licenciatura da UERGS, onde atualmente é bolsista do Pibid - CAPES - Centro Anhanguera de Promoção e Educação Social, e integrante do Grupo de Pesquisa "Educação Musical: Diferentes Tempos e Espaços", com a orientação da Profª Dra. Cristina Rolim Wolffenbüttel.

[3] Pós-Doutora e Doutora em Educação Musical pelo Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mestre em Educação Musical e Licenciada em Educação Artística – Habilitação em Música, pela UFRGS. Especialista em Informática na Educação – Ênfase em Instrumentação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professora Adjunta do Curso Graduação em Música: Licenciatura, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Coordenadora do Curso Graduação em Música: Licenciatura, na UERGS. Coordenadora do Curso de Especialização em Educação Musical para Professores da Educação Básica. Coordenadora dos grupos de pesquisa *Educação Musical*: diferentes tempos e espaços (CNPq) e *Grupo de Pesquisa em Arte*: criação, interdisciplinaridade e educação (CNPq), da UERGS. Coordenadora de Área; Artes, no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/UERGS). Coordenadora dos *Centros Musicais*, do Programa *Brinca* e dos *Centros de Dança*, na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Representante do Rio Grande do Sul junto à Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM.

Introdução

A inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino ainda representa um grande desafio para a sociedade, apesar das políticas já existentes a respeito, uma vez que o conceito de inclusão vem sendo interpretado de maneiras equivocadas ou, até mesmo, tem sido ignorado.

As políticas públicas no Brasil, particularmente no que diz respeito à educação, ao longo dos anos, têm sido ampliadas com vistas a garantir acesso e permanência nos espaços escolares e, deste modo, otimizar os processos de ensino e aprendizagem. Particularmente, em se tratando da educação musical e da educação especial, é possível se observar alguns movimentos neste sentido.

Educação musical: um pouco da história

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 1971 (LDB 5.692/71) instituiu o ensino da educação artística nas escolas em todo o país, incluindo o ensino fundamental e médio. A partir do estabelecimento dessa lei, houve um esvaziamento dos conteúdos específicos das linguagens artísticas, principalmente dos conteúdos musicais, em prol de uma educação dita polivalente.

Com a LDB 9.394/96, o ensino das artes passa a ser obrigatório, contemplando uma das quatro linguagens dessa área. Contudo, os estudos e as pesquisas, desde então, têm buscado um entendimento maior a respeito das políticas públicas para o ensino de música nas escolas (PENNA, 2004a, 2004b) e sobre o ensino de música na escola (SOUZA *et al*, 2002; DEL BEN, 2005).

Com os anos, o empenho para a inserção da música na escola aumentou significativamente, resultando na Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, que altera o artigo nº 26 da LDB 9.394/96. A Lei passou a vigorar com o acréscimo: “A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo". Este movimento auxiliou, significativamente, a ampliação da oferta do ensino de música em muitas escolas, principalmente as escolas públicas.

Apesar da Lei nº 11.769/2008, ainda não encontramos a efetiva presença da música nas escolas. Este fator é preocupante, pois esta lei estipulava um prazo de

três anos para os sistemas de ensino se adaptarem à legislação. De acordo com o artigo 3º da Lei nº 11.769/2008, “Os sistemas de ensino terão 3 (três) anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas nos artigos 1º e 2º desta Lei”.

Diante dessa situação, no ano de 2013 houve uma série de ações, resultando no parecer das Diretrizes para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica.

Em pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa “Educação Musical: diferentes tempos espaços” (CNPq/Uergs) esta dificuldade tem sido constatada (WOLFFENBÜTTEL, 2012).

Estas dificuldades, de certo modo, são partilhadas pela educação especial que, apesar dos esforços quanto à inserção no contexto escolar, bem como do crescimento já apresentado na legislação, ainda precisa crescer neste sentido.

Educação especial: uma trajetória de lutas

A educação especial passou a ser entendida como política educacional inclusiva a partir de 1990, com a Conferência Mundial de Educação para Todos. Outro acontecimento importante foi em 1994, a Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, originando a “Declaração de Salamanca”. Tal Declaração demanda que os Estados passem a assegurar a educação das pessoas com deficiência no sistema educacional e reforça que sejam incluídas todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

Estes documentos são lembrados em leis nacionais como a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/01 (BRASIL, 2001).

Observam-se leis que visam cumprir com os preceitos gerados nos grandes acontecimentos em âmbito mundial. Igualmente, inúmeras pesquisas têm sido empreendidas, com vistas a melhorar os índices de atendimento da Educação Especial no Brasil (SARDAGNA, 2012; TEZZARI, 2002).

Encontra-se em vigência a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008) que versa sobre a garantia de acesso e permanência com aprendizado no sistema regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação. A garantia de aprendizagem para estes alunos está prevista na Resolução nº 4/2009 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve ser oferecido por professores especializados, em Salas de Recursos Multifuncionais. Este apoio deve dar sustentação à adaptação curricular também prevista em lei, que é um direito do aluno com necessidades educacionais especiais e não deve se caracterizar como substitutivo do ensino comum, mas ocorrer no turno inverso à aula.

O Decreto 7.611 de 2011, Artigo 5º, prevê o apoio técnico e financeiro nas ações de aprimoramento do atendimento educacional especializado, como também de formação continuada de professores, destacando-se "o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braile para estudantes cegos ou com baixa visão" (BRASIL, 2011).

A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 altera a LDB 9394/96, assegurando o atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência.

Na escolarização como um todo, existem esses dados, ao pensar sobre a Educação Musical e Educação Especial, esta relevância também se apresenta. A par disso salienta-se, também, o ainda reduzido número de pesquisas que relacionam ambos estudos. No que tange à educação musical relacionada à educação especial em geral, diversas síndromes e deficiências cognitivas podem ser encontradas os estudos de Rodrigues e Freitas Júnior (2013), Berto e Kaiser (2011), Fernandes (2011), Ogando (2011) e Louro, Alonso e Andrade (2006), dentre outros. Quanto aos estudos em Educação Musical e deficiência visual poucos estudos podem ser encontrados, como Ferreira (2014), Oliveira e Reily (2014), Tudissaki e Lima (2014, 2011), Quintanilha (2011) e Bevertelli (2010).

Os questionamentos e objetivo da pesquisa

Nesse sentido, a partir do que foi exposto anteriormente, surgiram questionamentos relativos à inserção de professores de música com deficiência visual nos ambientes escolares, salientando-se: Existem professores com deficiência visual com habilitação em música atuando na Educação Musical? Caso existam, quais são os ambientes que os mesmos estão ocupando? Como se dá a inserção de

professores de música com deficiência visual em escolas regulares? Qual a formação que estes profissionais tiveram em sua graduação?

As questões apresentadas anteriormente originaram o objetivo desta pesquisa, qual seja, investigar a atuação de professores de música com deficiência visual.

Metodologia

Para a realização dessa pesquisa, que se encontra em fase inicial, estruturou-se a metodologia fundamentada na abordagem qualitativa, no estudo de caso como método, e na realização de entrevistas semiestruturadas como técnica para a coleta dos dados. A análise de conteúdo constituir-se-á a técnica para a análise dos dados.

Resultados preliminares

Nesta pesquisa que, como dito, encontra-se em fase inicial, ainda não foram coletados os dados a fim de ser possível uma análise preliminar dos dados. A fase em que a mesma se encontra é a da revisão da literatura, incluindo a educação musical e a educação.

Ao realizar uma busca quanto às pesquisas cujo foco seja o/a professor/a de música portador de cegueira, não foram encontrados trabalhos nesta perspectiva. Cesse modo, observa-se que, ainda, esta é uma temática que carece de estudos, justificando-se a realização da presente investigação.

Do mesmo modo, ao observar a rotina das escolas em geral – e, como estudante bolsista do Pibid, tenho me preocupado com estas questões – não são encontrados professores com deficiência visual atuando na educação musical, uma vez que estes profissionais encontram-se apenas, com escassez, em grandes centros e capitais, na maioria das vezes. Apenas em Porto Alegre/RS, foram encontrados três professores cegos em atuação.

Desse modo, a revisão da literatura está sendo ampliada, incluindo a busca de trabalhos que tratem da inserção de professores cegos nas escolas, através do ensino em outras áreas do conhecimento.

Considerações finais

Ao pensarmos em toda a trajetória percorrida tanto pela educação musical, quanto pela educação especial, fica evidente que ambas ainda têm diversos desafios a serem superados, principalmente quando uma está relacionada à outra.

Enquanto vários pesquisadores preocupam-se com os estudos em torno das metodologias de ensino de música para pessoas com deficiências, poucos são os trabalhos que enfocam a atuação dessas pessoas como docentes. Em função disso, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para otimizar essas práticas.

Referências

BERTO, Sandra Bernabé Moreira; KAISER, Izaura Serpa. Educação musical especial: estudo de caso com portador de síndrome de Dandy-Walker. XX CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, **Anais**. Vitória, 2011, p. 897-906.

BERTEVELLI, Isabel Cristina Dias. Estratégias metodológicas utilizadas na educação musical de cegos a partir da abordagem orffschulwerk. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v.2, n. 4 – jul.-dez. 2010. p.301-313.

BRASIL.MEC. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a LDB 9394/96. Brasília: Casa Civil, 2011.

BRASIL.MEC. **Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Brasília: Casa Civil, 2011.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política pública para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008. Disponível em http://portal.mec.gov.br.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DEL BEN, Luciana Marta. **Um estudo com escolas da rede estadual de ensino básico de Porto Alegre – RS**: subsídios para a elaboração de políticas de educação musica*l.* Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Departamento de Música. Porto Alegre, agosto, 2005.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. Educação musical especial? Para quê? Para quem? XX CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, **Anais**. Vitória: 2011, p.907-915.

FERREIRA, Tuilla Cláudia Feitosa. Estágio na ACEC: uma experiência docente. XIII ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DA ABEM, **Anais**. São Luís: 2014, p.1-10.

LOURO, Viviane dos Santos; ALONSO, Luis Garcia; ANDRADE, Alex Ferreira de. **Educação musical e deficiência**: propostas pedagógicas. São José dos Campos, SP: Ed. do Autor, 2006.

OGANDO, Marcia Gabriela Correia. A inclusão através da criação musical: uma análise do trabalho pedagógico com pessoas em tratamento psiquiátrico. XX CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, **Anais**. Vitória: 2011, p.107-115.

OLIVEIRA, Leonardo Augusto Cardoso de; REILY, Lucia Helena. Relatos de músicos cegos: subsídios para o ensino de música para alunos com deficiência visual. **Rev. Bras. Educ. Espec.** [online]. 2014, vol.20, n.3, pp. 405-420. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n3/06.pdf>. Acesso em 2 de fevereiro de 2015.

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - I analisando a legislação e os termos normativos. **Revista da ABEM***,* Porto Alegre, V. 10, mar. 2004a, p.19-28.

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - II da legislação à prática escolar. **Revista da ABEM***,* Porto Alegre, V. 11, set. 2004b, p.7-16.

QUINTANILHA, José Carlos. Vivências no aprendizado em aula de música para deficientes visuais com construção de instrumentos musicais alternativos. XX CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, **Anais**. Vitória: 2011, p.2377-2386.

RODRIGUES, Jessika Castro; Freitas júnior, Áureo Deo de. Um estudo do processo de inclusão de pessoas com transtorno do espectro de autismo na Escola de Música da Universidade Federal do Pará: um projeto de pesquisa. XXI CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, **Anais**. Pirenópolis: 2013, p.2321-2332.

SARDAGNA, Helena Venites. Políticas de inclusão na escola: limites e possibilidades. **Anais da IX ANPED SUL**. Caxias do Sul: UCS, 2012, p.1-17.

SOUZA, Jusamara Vieira *et al.* A música na escola. In: **O que faz a música na escola?** Concepções e vivências de professores do ensino fundamental. Série Estudos. Porto Alegre, novembro de 2002.

TEZZARI, M. L. **"A SIR chegou..."** Sala de Integração e Recursos e a Inclusão na Rede Municipal de Ensino em Porto Alegre. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

TUDISSAKI, Shirlei Escobar. **Ensino de música para pessoas com deficiência visual**. 2014. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2014.

TUDISSAKI, Shirlei Escolbar; LIMA, Sonia Albano de. Ensino e aprendizagem musical para deficientes visuais: um levantamento bibliográfico. XX CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, **Anais**. Vitória: 2011, p.1065-1074.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. A música em escolas públicas do Rio Grande do Sul. XXII Congresso da ANPPOM, **Anais**. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2012. p.191-200.